

Copyright © 1954 by Leo Strauss. Todos os direitos reservados.
Publicado em acordo com a University of Chicago Press, Chicago, Illinois, U.S.A.
Copyright da edição brasileira © 2015 É Realizações
Título original: *Thoughts on Machiavelli*

Editor
Edson Manoel de Oliveira Filho

Produção editorial, capa e projeto gráfico
É Realizações Editora

Preparação de texto
Cecilia Madarás

Revisão
Dyda Bessana

Diagramação
Bianca Borsato Galante

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer outro meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S893r

Strauss, Leo
Reflexões sobre Maquiavel / Leo Strauss ; tradução e apresentação à edição brasileira Elcio Verçosa. - 1. ed. - São Paulo : É Realizações, 2015.
368 p. ; 23 cm.

Tradução de: *Thoughts on Machiavelli*
Inclui índice
ISBN 978-85-8033-214-8

1. Machiavelli, Niccolò, 1469-1527 - Crítica e interpretação. 2. Ciência política.
I. Verçosa, Elcio. II. Título.

15-25943

CDD: 320
CDU: 32

26/08/2015 27/08/2015

É Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda.
Rua França Pinto, 498 - São Paulo SP, 04016-002
Caixa Postal: 45321 - 04010-970 - Teléfax: (5511) 5572 5363
atendimento@erealizaciones.com.br - www.erealizaciones.com.br

LEO STRAUSS

Tradução e apresentação à edição brasileira
Elcio Verçosa Filho



Reflexões sobre

MAQUIAVEL

Sumário

Apresentação à edição brasileira:
O Maquiavel de Leo Strauss

Elicio Verçosa Filho..... 7

Prefácio 15

1. Introdução 19

2. O duplo caráter do ensinamento de Maquiavel..... 27

3. A intenção de Maquiavel: *O Príncipe*..... 73

4. A intenção de Maquiavel: os *Discursos* 111

5. O ensinamento de Maquiavel..... 221

Índice..... 365

O Maquiavel de Leo Strauss

Élcio Vergosa Filho¹

Não é sem tremor que alguém, caso tenha apenas mediana sensatez, pode se aventurar a colocar palavras próprias à frente da obra-prima de Strauss sobre Maquiavel. Se o fazemos, é do modo mais breve possível, e somente por acreditar que algumas poucas observações podem ajudar o leitor brasileiro a aproximar-se de um texto que, embora ainda recente, e embora composto no estilo mais claro e despretenhoso, corre o risco de lhe escapar pelas mãos.

O que o leitor tem diante de si é uma raridade absoluta: um livro sábio sobre um sábio, a sabedoria dialogando consigo mesma por meio de duas “grandes mentes” distantes mais de quatrocentos anos uma da outra e, em última instância, por meio de todo o seletíssimo círculo de grandes mentes que esse diálogo, tão velho quanto o próprio pensamento humano, põe em ação. Com efeito, essas *Reflexões* são talvez a prova viva da tese mesma em que se baseiam: a sabedoria é eterna e os sábios, se existem, são poucos, e é preciso ter uma intensa — para não dizer “sagrada” — reverência pela sabedoria para começar a dar-se conta de que as coisas são assim. (A irreverência do “senso crítico”, se quiser render frutos e ir além do mero “crítico” adolescente, pressupõe uma reverência mais profunda, que não se confunde com o preconceito relativo à “reputação”, e que se reflete naquela disposição específica que é a porta de entrada para a arte de ler e de ouvir, essa disposição e essa arte que são, digamos, *ancillares* à busca da sabedoria, e nas quais as duas mentes

envolvidas no diálogo transtemporal que compõe este livro se excederam notavelmente.)²

A reverência do tipo indicado começa, como é evidente, no reconhecimento da própria ignorância. Reconhecê-la talvez não seja tão difícil para o leitor comum, que não teria, em princípio, dificuldade em admitir padecer de uma ignorância, digamos, “natural”, seja sobre o tema do livro, as coisas humanas ou a política, seja de modo ainda mais provável sobre o florentino do século XV chamado Nicolau Maquiavel. Esta circunstância poderia sugerir que o leitor “comum” – contanto que, insistimos, tenha a devida reverência pela sabedoria – talvez seja o verdadeiro destinatário do texto de Strauss. Mas isso implica um problema relevante: quantos “leitores comuns” se sentiriam seguros ou ao menos estariam meramente interessados em abordar, sem mais, essa obra de reputação difícil e, tudo somado, de extrema erudição?

De outro lado, reconhecer a própria ignorância é um desafio e tanto para o tipo de leitor que pareceria ser o alvo deste livro em primeiro lugar: o erudito, o cientista político, o especialista em política, em história da filosofia ou em Maquiavel. Não apenas porque este leitor se crê sabedor, como, naturalmente, as pessoas de cultura geral, livresca – sacerdotes, poetas, sofnistas, praticantes dos ofícios e das artes liberais –, desde o princípio dos tempos acreditaram ser, mas especialmente porque, com o desenvolvimento das ciências históricas no século XIX e com o advento do seu principal rebento filosófico ou ideológico, o historicismo, ele crê conhecer o pensamento do passado, sobre o qual este livro se debruça, melhor que o próprio pensamento do passado se conheceu;³ ele está convicto de que o pensamento do passado foi superado e incorporado pelo pensamento do presente, de que conhece tudo o que o passado conhecia *mais* a sua essencial “limitação”. Numa palavra, o leitor científico moderno se distingue tanto do leitor “comum” de todos os tempos quanto do leitor científico antigo, clássico, medieval ou renascentista, pela consciência que carrega de que o pensamento do presente – por ser o pensamento do presente – é superior a todo pensamento que passou. (A modéstia e o “senso crítico” o impedem de dizê-lo claramente, mas é essa a consequência do princípio historicista de leitura que ele adota cada vez mais sem restrições.) O pensamento

verdadeiro é o que é – pensamento verdadeiro – exatamente porque é o único a saber que a verdade, na acepção forte em que os antigos a conceberam de realidade exterior à caverna, não existe nem nunca existiu. A história, mais especificamente a noção ou a crença de que a história ou o tempo é o critério relevante em última instância de avaliação de uma tese ou de uma filosofia se constitui assim, para esse tipo específico, moderno, de leitor, numa “segunda caverna”, da qual ele não vê meios nem, diga-se a verdade, motivos para sair.

Poderíamos assim resumir o problema do público-alvo dessa obra-prima ensaiando a seguinte explicação: para o leitor comum, este livro é difícil porque é complicado; para o leitor científico, ele é difícil porque é simples.

Porque o caso é que Strauss, historiador da filosofia, não compartilha da fé no historicismo que é absolutamente universal entre seus antecessores imediatos, seus sucessores e (nossos) contemporâneos. Na visão dele, para provar a tese fundamental do historicismo de que entendemos os antigos melhor do que eles próprios se entenderam, primeiro precisamos estar seguros de tê-los entendido exatamente *como* eles se entenderam. Isto significa que devemos estar abertos ao pensamento deles e, em especial, à possibilidade fundamental que desde o princípio orientou esse pensamento e que podemos dizer ser a sua própria alma ou essência: a de que a verdade existe e que ela é eterna; a possibilidade de que os antigos – ou, o que dá no mesmo, um entre eles – tenham conhecido e comunicado a verdade (ou as reduzidas alternativas em que ela se articula) sobre as coisas mais importantes em seus diálogos, tratados e sistemas, como, aliás, é o que eles alegam ter feito. Abordar o pensamento dos antigos ou, em outras palavras, fazer história da filosofia, significaria, assim, correr o risco de descobrir que o historicismo, cujo poder sobre nossa mente somos obrigados, se quisermos ser verdadeiramente rigorosos, a suspender metodicamente, vem a se provar apenas mais um (poderoso) preconceito, do qual todo leitor probo e amante da verdade teria obrigação de se libertar.

O encontro com os antigos que Strauss nos convida a fazer não pode, portanto, ser outra coisa que uma grande aventura. A divisa que o norteia, “entender os antigos como eles próprios se entenderam”, implica em primeiro lugar despir-nos de tudo aquilo que pensamos saber sobre os antigos, não admitir no nosso conhecimento sobre eles nada que eles mesmos não nos tenham dito expressamente, sem intermediários ou “teorias da interpretação”.

Implica, numa palavra, abordá-los sempre como se fosse a primeira vez – e como se fôssemos os primeiros a fazê-lo. Mas então a tarefa se revela bem

² Sobre a reverência que se tem em mente, ver a célebre Carta de Maquiavel a Vettori de 10 de dezembro de 1513.

³ Ver o prefácio de Heidegger ao seu curso de 1926 em *Concepts fondamentaux de la philosophie*

menos simples do que poderia parecer a princípio. Em filosofia, a leitura simplesmente ingênua, “virgem”, prova-se, em última instância, impossível. Por que a grande descoberta de Strauss na sua frequentação do pensamento dos antigos, aquilo que ele chamava de “a arte de escrever”, diz que os antigos faziam uso de uma “nobre retórica”, que permitia que seus textos fossem lidos por diversos tipos de leitores com diferentes níveis de profundidade.⁴ Assim, o leitor comum ou, melhor, iniciante, entende de um texto filosófico do passado — falamos apenas dos escritos compostos com o ânimo da sabedoria e pelos poucos, muito poucos, que podemos chamar sem constrangimento de “filósofos” — precisamente aquilo que o autor destinou ao seu entendimento, às suas capacidades, à sua expectativa, reservando as camadas mais fundas de significado aos leitores mais experimentados, que já testaram as suas habilidades em outros textos de mesmo tipo (ou no mesmo texto num estágio anterior do seu próprio desenvolvimento pessoal, como é notoriamente o caso dos diálogos de Platão) e nos enigmas que eles propõem, e assim se desenvolveram na arte de discutir, debater e refletir. Considerando que todo texto filosófico é, antes de tudo, um *protrepticus*, um convite ao filosofar, a nobre retórica com que esses textos são compostos — ainda segundo a tese de fundo que orienta a leitura de Strauss — visa fagar, entre o universo total de leitores, *i giovani* de que fala a Epístola Dedicatória dos *Discorsi*, atraindo-os a um labirinto cuidadosamente arquitetado para, primeiro, despertar as habilidades ocultas da sua natureza, e depois testá-las uma após a outra a fim de conduzi-los à vida do pensamento e do conhecimento de si que apenas o filósofo pode pretender ter.

O leitor atento notará que é exatamente este o caminho que Strauss descobre nos livros e mais especialmente na escrita de Maquiavel. Com ele somos convidados a percorrer livro a livro, capítulo a capítulo, título de capítulo a título de capítulo, primeiras enunciações a segundas e terceiras enunciações de uma mesma história, de um mesmo tema, de um mesmo personagem, enredando-nos na trama engenhosamente urdida pelo secretário florentino no seu domínio supremo da arte de escrever. O leitor atento notará, sobretudo, que está diante de uma leitura atenta, que pretende não perder nada do seu objeto, acompanhando-o no mais mínimo movimento, por mais insignificante que pareça numa primeira impressão. Ele comprovará por si mesmo que

o resultado de uma leitura despida do preconceito tipicamente moderno está longe de ser a ingenuidade do diletante, mas é, antes, a comunidade cada vez mais intensa, cada vez mais íntima, cada vez mais concreta do leitor com as palavras, a intenção e o espírito do autor. Essa intimidade e essa concretude não são apenas, naturalmente, o resultado da confrontação com o preconceito — e seu eventual descarte — que impede o acesso à verdade; ela demanda o esforço nada desprezível da convivência continuada e quase obsessiva com o texto que se deseja compreender. De modo que assim nos deparamos com outra dimensão, nem de longe a menos importante, daquela reverência requêrida pela busca da sabedoria: a reverência ao texto.

Não é, com efeito, casual a sensação que se nos apodera, quando lemos os trabalhos históricos de Strauss, este sobre Maquiavel mais que qualquer outro, de que estamos diante de alguém que frequentou determinado texto dez, vinte, trinta, quarenta ou mesmo cinquenta vezes⁵ antes de escrever sobre ele, cuidando de modo incansável e, por que não dizer, obsessivo, de cada iota, de cada volta do discurso, desconfiando de cada erro aparente e de cada desvio, como um geógrafo teria de fazer ao abordar um terreno desconhecido a fim de registrá-lo num mapa que se pretendesse fiel. Essa impressão foi uma vez comunicada de modo pitoresco, porém preciso, por Harvey C. Mansfield num artigo sobre Strauss publicado na *Political Theory*: ao estudar Maquiavel, cada vez que se imagina ter atingido uma ilha desabitada, que poderia ser inexplorada, dá-se com uma placa que diz: “Leo Strauss passou por aqui”.

Para o leitor benevolente — e o bom leitor, além de atento e reverente, é, por definição, benevolente — capaz de superar as áridas minúcias do terceiro e do quarto capítulos (onde Strauss busca reunir as provas textuais da sua interpretação dos dois textos políticos de Maquiavel, o *Príncipe* e os *Discursos sobre Tito Lívio*) e de religar, uma vez completo o percurso, o início do livro ao seu fim (para não falar da interface cerrada com o próprio texto de Maquiavel e com o objeto deste, o texto de Tito Lívio), a impressão que se afirma da leitura de Strauss sobre Maquiavel é a de profundidade. Uma profundidade abissal capaz de tirar o fôlego do mais fleumático raciocinador, assim como de humilhar o mais dedicado e metódico leitor de Maquiavel tamanha a desproporção entre os resultados obtidos. Nada sequer remotamente semelhante

⁴ Sobre este assunto, ver Leo Strauss, *Perseguição e a Arte de Escrever*. Trad. Hugo Langone. São

⁵ Esse é o número de vezes que Alan Bloom estima que Strauss tenha lido “cuidadosamente” Platão

ao rame-acadêmico, rançoso e burocrático das leituras contemporâneas-padrão do genial criador da política moderna; nada nem de perto parecido com a superficialidade empafnosa de algumas leituras hoje tão festejadas do sábio florentino; nada absolutamente a ver nem em comum com as condenações e louvações igualmente irrefletidas que rejeitam ou adoram os princípios maquiavélicos sem compreender seu significado profundo ou o que o filósofo italiano realmente quis dizer com eles. É, com efeito, do mais alto sentido de ironia, uma ironia que teria deliciado o próprio Strauss (como Bloom sugere que tenha feito), que essa obra-prima absoluta da história da filosofia, que esse monumento assombroso da história da leitura, tenha sido catalogada nos manuais – ou naqueles que, malgrado a pretensão de originalidade, os seguem ou alimentam⁶ – com base na reafirmação irônica, com que Strauss abre seu texto, da visão conservadora ou tradicional de que Maquiavel foi um “professor do mal”, *a teacher of evil*. É certo que Strauss, notório partidário dos antigos contra os modernos, foi um crítico contundente dos princípios que baseiam tanto a política quanto a filosofia de Maquiavel. Entretanto, para dar-se conta do alcance e da complexidade da ironia da sua célebre caracterização do florentino como professor do mal ou, em estilo clássico, corruptor da juventude, bastaria refletir sobre o que Strauss diz de Lúifer logo na sequência do texto e, sobretudo, perguntar-se por que este livro é o único, dentre as suas obras mais importantes, em que o autor adota, praticamente sem variações, a primeira pessoa do plural. Com efeito, boa parte dos equívocos ou mal-entendidos envolvidos na interpretação deste livro – o que vale também para a interpretação dos antigos em geral – deve-se ao fato de que seus críticos facilmente se esquecem, talvez porque jamais o tenham tido em mente,⁷ que Strauss foi, não menos que o seu objeto de estudo, também ele um praticante consumado da nobre retórica que acreditou redescobrir.

O fato é que, diferentemente de grande parte dos conservadores e reacionários dos nossos e de todos os tempos, para Strauss não havia nenhuma causa mais importante do que “compreender”, exatamente porque não havia

⁶ É um depoimento eloquente da competência de Isaiah Berlin não somente como leitor de Maquiavel, mas de filosofia em geral, que o célebre oxfordiano não tenha dedicado mais que uma mera referência a este livro no seu “The Originality of Machiavelli”, *The Proper Study of Mankind*. New York: Farrar, Strauss & Giroux, 2000.

⁷ É notavelmente o caso de Gadamer, que não obstante conhecia bem o nosso autor. Ver Gadamer,

para ele nenhuma vida mais valiosa e atraente que a vida dedicada à filosofia, à arte da compreensão. Para ele todo o resto – das convenções acadêmicas à “boa ordem da sociedade” – era absolutamente secundário em relação a essa meta fundamental. Como disse por ocasião da sua morte o seu discípulo mais querido, Strauss detestava mais que tudo a “indignação moral, porque ela é uma forma de autoindulgência e distorce a mente” – um conselho e um exemplo que os indignados do nosso tempo fariam muito bem em tentar seguir.⁸

Sobre a tradução, adotamos como princípio buscar em todos os casos, seja nas palavras, seja no estilo, a maior literalidade possível, mesmo ao preço de algum sacrifício ocasional da prosódia mais indicada pelo bom português. Uma justificação para essa escolha pode, talvez, ser encontrada na seguinte reflexão de Strauss sobre a arte de escrever de Maquiavel:

Uma e outra vez somos desconcertados pelo fato de que o homem que é mais responsável do que qualquer outro pelo rompimento com a Grande Tradição prova, no próprio ato do rompimento, ser o herdeiro, e de modo algum o herdeiro indigno, daquela suprema arte de escrever que essa tradição manifestou nos seus momentos mais altos. A arte mais alta tem suas raízes, como ele bem sabia, na necessidade mais alta. O livro ou discurso perfeito obedece em todos os aspectos às leis puras e impiedosas daquilo que já foi chamado de necessidade logográfica. O discurso perfeito nada contém de descuidado; nele não há fios soltos ou não enlaçados; ele não contém nenhuma palavra escolhida ao acaso; ele não sofre com erros devidos a lapsos de memória ou qualquer outro tipo de descuido; fortes paixões e uma poderosa e fértil imaginação são conduzidas com facilidade por uma razão que sabe usar o dom inesperado, que sabe persuadir e que sabe proibir; o discurso perfeito não permite nenhum adorno que não seja imposto pela gravidade e pela elevação do tema; o autor perfeito rejeita com desdém e com alguma impaciência a demanda da retórica vulgar de que as expressões devem ser variadas na medida em que a variação é agradável. As traduções de Maquiavel, assim como de outros grandes autores, mesmo quando feitas com a competência ordinária, são tão ruins porque seus autores leem

⁸ Allan Bloom, “Leo Strauss, September 20th, 1892–October 18th, 1973”, *Political Theory*, Vol. 2,

os livros compostos de acordo com as regras da nobre retórica como se tivessem sido concebidos de acordo com as regras da retórica vulgar.⁹

Tipo máximo de homem renascentista, Maquiavel foi um mestre consuntado não somente da arte de escrever, mas também e principalmente da “arte da ilusão”, que foi como Gombrich, o grande historiador da arte, classificou o “realismo” (mais exatamente a perspectiva que permitiu o realismo) pelo qual seus grandes contemporâneos, os pintores da Renascença, ficaram justamente conhecidos.¹⁰ Em ambos os casos, em Maquiavel e nos pintores, somos levados a entender como “real”, “empírico”, “factual”, “dado” o que é na verdade o resultado de uma grande arte, que é tanto maior quanto mais bem-sucedida em ocultar-se.¹¹ Seria talvez de algum proveito prolongar as brilhantes reflexões de Strauss sobre a normatividade intrínseca do pensamento maquiavélico – e, naturalmente, sobre o erro comum de interpretá-lo como ele queria que o fizéssemos, a saber, como um defensor da *verità effettuale delle cose* (um “matemático” das coisas humanas) contra o “dever-ser” imaginário dos antigos – numa análise devida do caráter tipicamente renascentista da “arte de escrever” que nosso autor reconheceu nele. Mas isso, parece evidente, seria ir longe demais. Que, pois, o leitor esteja livre para desenvolver as muitas sugestões deliberadamente espalhadas ao longo do texto, o de Strauss e o de Maquiavel, como melhor lhe apeteecer e, naturalmente, bem na medida em que for capaz. O tesouro inmensurável que esses dois mestres de sabedoria acumularam está aí para quem quiser e puder descobri-lo.

Maceió, 6 de junho de 2014.

Élcio Vergosa Filho

Prefácio

Este livro é uma versão expandida de quatro palestras ministradas na Universidade de Chicago, no outono de 1953, sob os auspícios da Charles R. Walgreen Foundation.

Agradeço à Fundação e especialmente a seu diretor, professor Jerome G. Kervin, por me dar a oportunidade de apresentar minhas observações e reflexões sobre o problema de Maquiavel. Agradeço também à Fundação pela generosa assistência burocrática.

O segundo capítulo deste estudo foi publicado anteriormente na *American Political Science Review* (março, 1957).

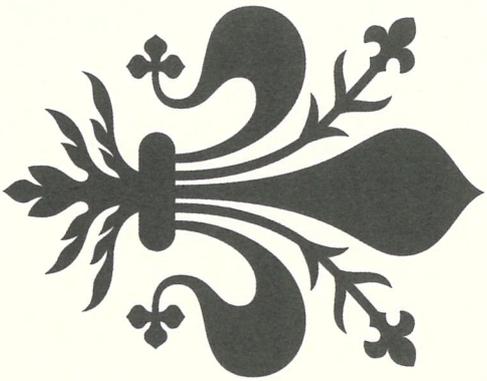
L. S.

Chicago, Illinois, dezembro de 1957.

⁹ Ver, neste volume, p. 155.

¹⁰ Ver *Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia da representação*. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

¹¹ Outra obra-símbolo da época do Renascimento, *Il Cortegiano*, de Baldassare Castiglione (1528),



I

Introdução

Não chocaremos ninguém, apenas nos vamos expor ao ridículo benevolente ou, em todo caso, inofensivo, se nos confessarmos inclinados a acatar a opinião simples e antiquada de que Maquiavel foi um professor do mal. Com efeito, que outra descrição seria apropriada a um homem que ensina lições como estas: os príncipes devem exterminar a família dos governantes cujos territórios desejam possuir com segurança; os príncipes devem assassinar seus oponentes em vez de confiscar suas propriedades, uma vez que os que foram roubados podem pensar em vingança, mas não os que estão mortos; os homens se esquecem do assassinato do próprio pai com mais facilidade que da perda de seus bens; a verdadeira liberalidade consiste em ser parcimonioso com os próprios bens e generoso com o que pertence aos outros; não a virtude, mas o uso prudente da virtude e do vício conduz à felicidade; as injúrias devem ser feitas todas de uma vez, na medida em que quanto menos experimentadas, menos serão sentidas, ao passo que os benefícios devem ser conferidos pouco a pouco, de modo que sejam sentidos mais fortemente; um general vitorioso que receie que seu príncipe não vá recompensá-lo adequadamente pode puni-lo antecipadamente por sua ingratidão levantando a bandeira da rebelião; se for necessário escolher entre infligir males severos ou amenos, os primeiros devem ser escolhidos; não se deve dizer a alguém a quem se quer matar "Dê-me a sua

vez que se tenha a arma em mãos o desejo poderá ser satisfeito? Se é verdade que apenas um homem mau estaria disposto a ensinar tais máximas de gangsterismo público e privado, somos forçados a dizer que Maquiavel foi um homem mau.

Com efeito, Maquiavel não foi o primeiro a expressar opiniões como as que vêm de ser mencionadas. Essas opiniões pertencem a um modo de pensamento político e de ação política que é tão antigo quanto a própria sociedade. Mas Maquiavel foi o único filósofo a emprestar o peso do seu nome a esse modo de pensamento político e de ação política tão antigo quanto a própria sociedade, o que é provado pelo fato de seu nome ser usado para designar esse mesmo modo. Ele é famoso por ser o autor clássico do modo maligno de pensamento e ação políticos. Cálides e Trasímaco, que apresentaram a doutrina maligna entre quatro paredes, são personagens platônicos, e os embaixadores atenienses, que defendem a mesma doutrina na ilha de Melos e longe dos olhos das pessoas comuns, são personagens de Tucídides. Maquiavel proclama aberta e triunfalmente uma doutrina corruptora que os autores antigos ensinaram secretamente e com todos os sinais de repugnância. Ele diz em seu próprio nome coisas chocantes que os autores antigos disseram pela boca dos seus personagens.¹ Maquiavel foi o único a ousar proclamar a doutrina maligna num livro e em seu próprio nome.

Contudo, por mais verdadeiro que o velho e antiquado veredicto possa ser, ele não diz tudo. A sua deficiência justifica até certo ponto as visões mais sofisticadas defendidas pelos doutos do nosso tempo. Maquiavel, dizem-nos eles, estava longe de ensinar o mal, como prova-o o fato de ele ser um patriota apaixonado ou um estudioso científico da sociedade, ou ambas as coisas. Mas pode-se perguntar se os estudiosos modernos não erram muito mais gravemente que a opinião simples e antiquada, ou se o que escapa a eles não é muito mais importante do que o que escapa à opinião simples e antiquada, ainda que possa ser verdade que o único necessário ignorado pelos sofisticados seja inadequadamente articulado e, portanto, mal interpretado pelos homens de simplicidade nobre. Não seria o único caso conhecido em que “um pouco de filosofia”² dá origem a erros prodigiosos aos quais a multidão não filosófica está imune.

É enganoso descrever o pensador Maquiavel como um patriota. Ele é um patriota de tipo particular, que está mais preocupado com a salvação da sua pátria que com a salvação da sua alma. Seu patriotismo pressupõe, portanto, uma reflexão abrangente a respeito do *status* da pátria, de um lado, e da alma,

do outro. Essa reflexão, e não o patriotismo, é a essência do pensamento de Maquiavel. Essa reflexão, e não o seu patriotismo, foi o que estabeleceu a sua fama e fez dele professor de tantos homens em todos os países. A substância do seu pensamento não é florentina, tampouco italiana, mas universal. Ela se dirige, e tem a intenção de dirigir-se, a todos os homens pensantes independentemente do tempo e do lugar. Dizer que Maquiavel é um cientista é quase tão enganoso quanto dizer que ele é um patriota. O estudioso científico da sociedade não quer ou não pode fazer “juízos de valor”, e as obras de Maquiavel abundam em “juízos de valor”. O seu estudo da sociedade é normativo.

Mas mesmo que fôssemos forçados a admitir que Maquiavel foi essencialmente um patriota ou um cientista, não estaríamos, por isso, obrigados a negar que ele ensinou o mal. Patriotismo tal como Maquiavel o entendeu é egoísmo coletivo. A indiferença à distinção entre certo e errado que nasce da devoção à pátria é menos repulsiva que a indiferença a essa distinção que nasce da preocupação exclusiva com a própria glória ou bem-estar. Mas precisamente por essa razão ela é mais sedutora e, logo, mais perigosa. O patriotismo é uma espécie de amor ao que pertence a alguém, a si mesmo. O amor de alguém ao que lhe é próprio é inferior ao amor ao que é a um só tempo próprio e bom. Nesse último caso, o amor do que nos é próprio ou do que nos pertence tende a preocupar-se com a bondade do que nos é próprio e nos pertence e, portanto, com a satisfação das demandas da justiça. Justificar os terríveis conselhos de Maquiavel recorrendo ao seu patriotismo significa enxergar as virtudes desse patriotismo ao mesmo tempo que se é cego para aquilo que é mais alto que o patriotismo e que a um só tempo consagra e limita o patriotismo. Ao remeter o problema ao patriotismo de Maquiavel, não se tira do caminho uma mera aparência de malignidade; meramente se obscurece algo que é verdadeiramente maligno.

No que toca à abordagem “científica” da sociedade que muitos dos adeptos afirmam ter origem em Maquiavel, ela surge da abstração das distinções morais pelas quais nos orientamos como cidadãos e como homens. A condição indispensável da análise “científica” é, portanto, a obtusidade moral. Essa obtusidade não é idêntica à depravação, embora seja própria a fortalecer as forças da depravação. No caso de homens de menor valor, pode-se facilmente explicar essa obtusidade pela ausência de determinadas virtudes intelectuais. Essa explicação caridosa não poderia ser tolerada no caso de Maquiavel, que era profundo demais para não saber o que estava fazendo e generoso demais para não admitir-lo aos seus amigos na razão.

¹ *O Príncipe*, caps. XVII (Dido) e XVIII (Quíron).

Não hesitamos em afirmar, como afirmaram muitos antes de nós, e como à continuação tentaremos prová-lo, que o ensinamento de Maquiavel é imoral e irreligioso. Conhecemos bem as provas que os estudiosos aduzem em favor da afirmação contrária; mas questionamos a interpretação que eles dão dessas provas. Para nada dizer a respeito de certas considerações de outra ordem, parece-nos que os estudiosos em questão se satisfazem com muito pouca coisa. Eles se satisfazem em afirmar que Maquiavel era amigo da religião porque enfatizava o caráter útil e a indispensabilidade da religião. E não dão nenhuma atenção ao fato de que o elogio maquiavélico da religião é apenas o outro lado daquilo que, em caráter provisório, poderíamos chamar de uma completa indiferença à verdade da religião. Mas a posição desses estudiosos não surpreende, considerando que eles mesmos provavelmente entendem por religião nada mais que um setor significativo da sociedade, quando não uma parte interessante ou, de todo modo, inócua do folclore popular, sem falar das pessoas religiosas que se sentem gratificadas com qualquer mínimo benefício conferido à religião. Eles interpretam de maneira equivocada o juízo maquiavélico sobre a religião, e da mesma forma o seu juízo sobre a moralidade, porque são discípulos de Maquiavel. Seu estudo aparentemente aberto e não preconceituoso do pensamento de Maquiavel está na verdade baseado na aceitação dogmática dos seus princípios. Eles não enxergam o caráter maligno do pensamento de Maquiavel porque são herdeiros da tradição maquiavélica; porque, tal como os professores dos seus professores, já foram corrompidos por Maquiavel.

Só é possível enxergar o verdadeiro caráter do pensamento de Maquiavel quando se conquista a liberdade em relação à influência de Maquiavel. Para todos os propósitos práticos, isso significa que o estudioso só consegue enxergar o verdadeiro caráter do pensamento de Maquiavel quando recupera, para si mesmo e em si mesmo, a herança pré-moderna do mundo ocidental, ao mesmo tempo bíblica e clássica. Fazer justiça a Maquiavel exige olhar para frente de um ponto de vista pré-moderno para ver um Maquiavel completamente inesperado e surpreendente, que é novo e estranho, ao invés de olhar para trás a partir de hoje para um Maquiavel que se tornou velho e nosso, e, com isso, quase bom. Esse procedimento é exigido até mesmo para um entendimento puramente histórico. Maquiavel conhecia o pensamento pré-moderno, ele o tinha diante de si. Ele não podia ter conhecido o pensamento do tempo presente, que surgiu,

Por isso, consideramos a opinião simples a respeito de Maquiavel decisivamente superior às opiniões sofisticadas que hoje prevalecem, embora ela seja ainda insuficiente. Mesmo se, e precisamente se fomos forçados a admitir que o seu ensinamento é diabólico e que ele próprio é um demônio, seremos forçados a lembrar da profunda verdade teológica de que o demônio é um anjo caído. Reconhecer o caráter diabólico do pensamento de Maquiavel significaria, assim, reconhecer nele uma nobreza pervertida de uma ordem deveras alta. Essa nobreza foi discernida por Marlowe, que atribuiu a Maquiavel as seguintes palavras: "sustento que não há outro pecado senão a ignorância". O julgamento de Marlowe é comprovado pelo que o próprio Maquiavel, na *Epístola Dedicatória* aos seus dois grandes livros, indica a respeito da sua propriedade mais preciosa. Somos simpáticos à opinião simples sobre Maquiavel não apenas porque ela é salutar, mas acima de tudo porque deixar de levar a sério essa opinião impede que se faça justiça ao que é verdadeiramente admirável nele: a intrepidez do seu pensamento, a grandeza da sua visão e a sutileza graciosa do seu discurso. Não o desprezo da opinião simples e rampouco a sua desconsideração, mas a ascensão ponderada a partir dela conduz à essência do pensamento de Maquiavel. Não há proteção mais segura contra o entendimento de algo do que dar como certo ou, de outro lado, desprezar o óbvio e a superfície. O problema inerente na superfície das coisas, e apenas na superfície das coisas, é o coração dessas mesmas coisas.

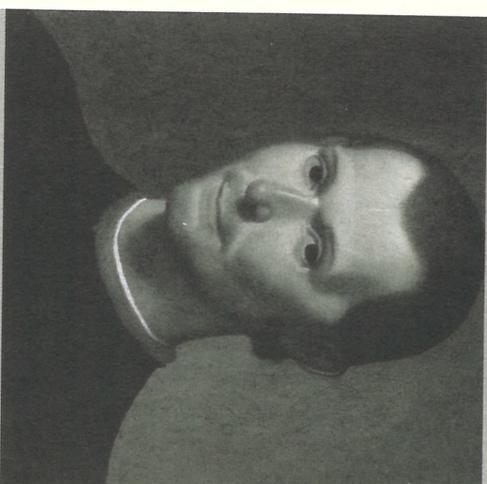
Há boas razões para tratar de Maquiavel numa série de palestras Walgreen. Pode-se dizer que os Estados Unidos da América são o único país do mundo fundado em oposição explícita aos princípios maquiavélicos. De acordo com Maquiavel, o fundador da república mais renomada da história foi um fratri-cida: a fundação da grandeza política está necessariamente baseada no crime. Se nos é lícito acreditar em Thomas Paine, todos os governos do Velho Mundo têm uma origem consonante com essa descrição: a sua origem foi a conquista ou a tirania. Mas "a independência dos Estados Unidos [foi] acompanhada por uma revolução nos princípios e na prática dos governos"; e a fundação dos Estados Unidos repousou na liberdade e na justiça. "O governo fundado sobre uma teoria moral, sobre um sistema de paz universal, nos Direitos hereditários e inalienáveis do Homem, viaja agora do Ocidente para o Oriente levado por um impulso mais forte que o que levou o governo da espada do Oriente para o Ocidente".³ Essa opinião está longe de ser obsoleta. Embora a liberdade não seja mais um privilégio dos Estados Unidos, os Estados Unidos

são, neste momento, o bastião da liberdade. E a tirania contemporânea tem suas raízes no pensamento de Maquiavel, no princípio maquiavélico de que o fim bom justifica todos os meios. Ao menos na medida em que a realidade americana é inseparável da aspiração americana, não é possível compreender o americanismo sem compreender o maquiavelismo que se coloca como o seu oposto.

Mas não podemos esconder de nós mesmos o fato de que o problema é mais complexo do que parece na apresentação feita por Paine e seus seguidores. Maquiavel diria que a América deve a sua grandeza não apenas à sua aderência habitual aos princípios da liberdade e da justiça, mas também aos seus desvios ocasionais em relação a eles. Ele não hesitaria em sugerir uma interpretação maliciosa da aquisição da Louisiana⁴ e do destino dos pele-vermelhas. Ele concluiria que fatos como esses constituem uma prova adicional da sua tese de que não pode haver uma sociedade grande e gloriosa sem algo equivalente ao assassinato de Remo por seu irmão Rômulo. Essa complicação torna ainda mais necessário que tentemos chegar a um entendimento adequado da questão fundamental levantada por Maquiavel.

Pode-se ter a impressão de que supomos que Maquiavel é o expoente clássico de uma das duas alternativas fundamentais do pensamento político. E, de fato, supomos que existem alternativas fundamentais, alternativas que são permanentes ou coetâneas ao homem. Essa suposição é frequentemente negada hoje em dia. Muitos dos nossos contemporâneos são da opinião de que não há problemas permanentes e, portanto, alternativas permanentes. Eles diriam que precisamente a doutrina de Maquiavel oferece uma grande prova da negação da existência de problemas permanentes: o problema de Maquiavel é um problema novo; um problema fundamentalmente diferente do problema de que se ocupava a filosofia política anterior. Esse argumento, quando elaborado de maneira apropriada, tem algum peso. Mas quando afirmado de forma grosseira, prova apenas que os problemas permanentes não são tão facilmente acessíveis quanto alguns acreditam, ou que nem todos os filósofos políticos se confrontaram com os problemas permanentes. Nosso estudo crítico da doutrina de Maquiavel não pode, em última instância, ter outro propósito que o de contribuir para o resgate dos problemas permanentes.

2



⁴ Cf. Henry Adams, *The First Administration of Thomas Jefferson*, II (Nova York, 1898), p. 56, 71-

O duplo caráter do ensinamento de Maquiavel

Machiavel apresentou seu ensinamento político em dois livros, *O Príncipe* e os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*.

Platão também apresentou o seu ensinamento político em dois livros, *A República* e as *Leis*. Mas Platão deixou perfeitamente claro que o objeto das *Leis* é de dignidade mais baixa que o da *República*, assim como que as *Leis* dependem da *República*. Hobbes foi mais longe e apresentou sua doutrina política em três livros. Mas é fácil perceber que esses três livros são o resultado de três esforços sucessivos de expor o mesmo ensinamento político. O caso dos dois livros de Maquiavel é diferente. A relação entre eles é obscura.

No início do *Príncipe*, Maquiavel divide todos os Estrados em duas classes, as repúblicas e os principados. A impressão a partir do título geral, da Epístola Dedicatória e dos títulos dos capítulos do *Príncipe* é de que o livro é dedicado aos principados. Sobretudo, Maquiavel diz explicitamente que, no *Príncipe*, tratará apenas dos principados sem discutir as repúblicas, tendo em vista haver examinado essas últimas em profundidade em outro livro.¹ A referência a uma obra sobre as repúblicas se encaixa nos *Discursos* e mais em nenhuma outra obra conservada de Maquiavel, ou que se saiba ter sido conservada em sua integridade ou parcialmente. Parece razoável, portanto,

descrever os dois livros como se segue: *O Príncipe* é devorado aos principados, e os *Discursos*, às repúblicas.

No entanto, se o caso é tão simples assim por que Maquiavel não chama o seu tratado sobre as repúblicas simplesmente de *De República*? Pode-se sugerir que, no tempo em que Maquiavel o escreveu, as repúblicas não estavam em voga em Florença, na Itália, ou em qualquer outro lugar da Terra; já os principados estavam em ascensão; as repúblicas eram, ao contrário, um tema perentente ao passado. A Maquiavel era possível achar em seu tempo modelos de governantes de principados do talante de um César Borgia ou de um Fernando de Aragão, mas o modelo do governo republicano era fornecido pela Roma Antiga.² De acordo com essa sugestão encontramos o que podemos chamar de uma preponderância de exemplos modernos no *Príncipe* e uma preponderância de exemplos antigos nos *Discursos*.³ A partir daí entendemos por que *O Príncipe* acaba com um, ou culmina em um, chamado apaixonado à ação: Maquiavel exorta um príncipe italiano do seu tempo a liberar a Itália dos bárbaros que a subjugaram; mas o fim dos *Discursos* é estranhamente desapaixonado. Em resumo, faz sentido começar descrevendo a relação entre os dois livros em termos da sua diferença de tema ou objeto.

Mas quase imediatamente depois somos compelidos a nuanciar essa descrição. Não é verdade que Maquiavel via as repúblicas como coisa do passado. Ele escreveu os *Discursos* com o fim de encorajar a imitação das repúblicas antigas. Ele tinha esperança no Renascimento, num futuro próximo ou distante, do espírito do republicanismo antigo.⁴ Portanto, o fato de ter escrito *Discursos sobre Tito Lívio* em vez de um *De República* não pode ser explicado pela sua desesperança em relação a um futuro republicano. À parte isso, os *Discursos* certamente tratam tanto de repúblicas quanto de principados. O propósito declarado do livro é pavimentar o caminho para a imitação não apenas das repúblicas antigas, mas também das monarquias antigas.⁵ Quanto ao *Príncipe*, o livro abunda em referências a repúblicas. Maquiavel exorta os príncipes a

² *Discursos*: I 17, 49, 55 (211), II 2 início.

³ Nos *Discursos*, apenas dois capítulos dos 142 contém só exemplos modernos (I 27 e 54), ao passo que no *Príncipe* oito capítulos de 26 contém exemplos modernos. Por outro lado, nenhum capítulo do *Príncipe* contém apenas exemplos antigos, ao passo que pelo menos sessenta capítulos dos *Discursos* contém exemplos antigos.

⁴ *Discursos*: I pr., 55 (213), II 4 perto do fim, 15 fim, 33 fim.

⁵ *Discursos*: I pr.; além dos inúmeros títulos de capítulo nos quais tanto repúblicas quanto príncipes

tomar a república romana como seu modelo no que diz respeito à política externa e às questões militares.⁶ A dificuldade é obscurecida quando se diz que o *Príncipe* versa principalmente sobre os principados e que os *Discursos* versam principalmente sobre repúblicas. Seria mais correto dizer que Maquiavel trata no *Príncipe* todos os temas do ponto de vista do príncipe, enquanto nos *Discursos* ele trata de diversos temas tanto do ponto de vista principesco quanto republicano. Fica-se, portanto, inclinado a sugerir que, nos *Discursos*, Maquiavel apresenta todo o seu ensinamento político, ao passo que no *Príncipe* ele apresenta apenas uma parte dele ou, talvez, um caso especial dele; fica-se inclinado a sugerir que o *Príncipe* está subordinado aos *Discursos*. Essa sugestão parece ser geralmente favorecida atualmente. Embora pela razão já indicada seja superior à visão de que a relação entre os dois livros corresponde literalmente à relação entre principados e repúblicas, ela é na verdade inferior a essa visão, porque não se baseia nas próprias declarações de Maquiavel. A relação entre os dois livros permanece, assim, obscura.

Para alcançar maior clareza a respeito dessa relação, voltemos mais uma vez à superfície, ao princípio do princípio. Ambos os livros começam com Epístolas Dedicatórias. Na Epístola Dedicatória do *Príncipe*, Maquiavel diz que o livro contém tudo que ele descobriu por si mesmo e aprendeu com outros, isto é, tudo o que ele sabe. Na Epístola Dedicatória dos *Discursos*, ele diz que o livro contém tudo o que ele sabe e tudo o que aprendeu sobre as coisas do mundo. Logo, a relação entre os dois livros não pode ser entendida em termos de uma diferença temática ou de objeto. *O Príncipe* é tão abrangente quanto os *Discursos*: cada um dos livros contém tudo que Maquiavel sabe. Devemos acrescentar que Maquiavel faz essa alegação apenas em relação ao *Príncipe* e aos *Discursos*, como é possível verificar a partir das Epístolas Dedicatórias dos dois livros.

Na ambígua declaração da Epístola Dedicatória dos *Discursos*, pode parecer que Maquiavel apresenta o seu conhecimento como limitado às “coisas do mundo”. O conhecimento das coisas do mundo é diferente do conhecimento livresco, de um lado, e do conhecimento das coisas naturais e sobrenaturais, de outro. Em uma ocasião, Maquiavel parece afirmar explicitamente que não trata do conhecimento das coisas naturais e sobrenaturais. As coisas do mundo se distinguem, em particular, do “acaso ou de Deus” e do “céu”. Elas são

idênticas às *res humanae*, às coisas ou aos negócios humanos. No lugar de apelas “coisas do mundo”, Maquiavel usa também a expressão “as ações do mundo”. Mas as coisas do mundo não consistem exclusivamente de ações; Estrados e religiões, ou “corpos mistos”, enquanto distintos dos “corpos simples” (i. e., corpos naturais), estão também incluídos entre as coisas do mundo. Alguém disse dos florentinos que eles não entendiam nada das coisas do mundo. Os sermões de Savonarola eram repletos de acusações e invectivas contra os sábios do mundo. Maquiavel, por outro lado, deseja tornar seus leitores “melhores conhecedores do mundo”.⁷ Pois as coisas do mundo são, evidentemente, também diferentes das coisas celestes, ou melhor, elas diferem destas enquanto coisas “desse mundo”, e não “do outro mundo”.⁸ Na Epístola Dedicatória do *Príncipe*, Maquiavel fala não das coisas do mundo, mas das coisas modernas e das coisas antigas. As coisas do mundo são variáveis; logo, as coisas modernas diferem das coisas antigas. Mas “as coisas do mundo” é uma expressão mais abrangente que “coisas antigas e modernas”, pois nem todas as coisas do mundo são afetadas pela diferença entre antiguidade e modernidade. Como Maquiavel nos informa na Epístola Dedicatória do *Príncipe*, há uma “natureza dos príncipes” e uma “natureza dos povos”, naturezas que são invariáveis. Há uma “natureza” que é a mesma em todos os homens. Há características naturais de nações, inclinações naturais, necessidades naturais com as quais o estudioso das coisas humanas deve estar intensamente familiarizado. Em vista da significação política dos milagres, é, para dizer o mínimo, desejável que o homem de Estado e, logo, *il fortiori*, que o professor de homens de Estado, seja um “conhecedor das coisas naturais”, isto é, daquele tipo de coisas naturais que não dizem respeito à natureza do homem em particular.⁹ Maquiavel conhece, portanto, não apenas as variáveis “coisas do mundo”, mas o próprio

⁷ *A Mandragora* III 2; *O Príncipe*, cap. XXV (título e início); *Discursos* I 38 *in fine*, 56, II 5, III 1 início, 6 (346), 30 (410), 31 (413).

⁸ *Historia de Florença* VII 6.

⁹ *O Príncipe*, caps. III (6) e X (35-36); *Discursos* I 12, 57, 58, III 8, 36 perto do início. A “natureza” é mencionada em apenas um único título de capítulo nos dois livros, a saber, *Discursos* III 43, que corresponde ao centésimo trigesimo sexto capítulo dessa obra. No começo do primeiro capítulo do *Príncipe*, Maquiavel divide “todos os Estados, todos os domínios” em principados e repúblicas. A expressão “todos os Estados, todos os domínios” compreende mais que os principados e repúblicas “dos quais se têm alguma lembrança” – cap. IV (13); eles incluem também os principados e repúblicas imaginários dos quais se fala no cap. XV. A demonstração do seu caráter essencialmente

mundo invariável. Ele sabe que o céu, o sol, os elementos e o homem têm sempre o mesmo movimento, ordem e poder. Ele sabe que as coisas do mundo seguem um curso que é ordenado para elas pelo céu de tal modo que todas as coisas do mundo têm em cada época um acordo fundamental com os tempos antigos. De certo modo, portanto, Maquiavel possui o conhecimento de “todas as coisas naturais”. Ele não podia saber que todas as coisas do mundo dependem do céu para ordenar-se se não tivesse algum conhecimento do céu. Ele não podia conhecer os corpos mistos se não tivesse algum conhecimento dos corpos simples. É verdade que o que ele sabe dos corpos simples foi aprendido com os médicos, entre outros, ao passo que o que sabe dos corpos mistos ele o aprendeu por si mesmo. Mas isso não anula o fato de que ele possui conhecimento tanto dos corpos simples quanto mistos. As coisas do mundo são de algum modo governadas pelo acaso e por Deus. Maquiavel é, assim, compelido a refletir sobre o caráter desse governo e chegar a um juízo sobre o seu caráter, da mesma forma que é compelido a refletir sobre a questão de se o mundo, vale dizer, o universo visível, foi criado ou é eterno.¹⁰ Em questões como essas, o seu juízo não depende dos ensinamentos de outros homens ou de uma ciência anterior à sua na ordem das ciências, como ocorre no caso dos corpos simples; em questões como essas, ele é compelido a julgar por si mesmo. Em resumo, é difícil atribuir limites precisos ao conhecimento de Maquiavel sobre “as coisas do mundo”. É decerto imprudente presumir que o seu conhecimento das coisas do mundo está limitado às coisas políticas e militares no sentido estrito. É mais prudente presumir que o seu conhecimento, e, portanto, o seu ensinamento, no *Príncipe* ou nos *Discursos*, seja global. Em outras palavras, é prudente presumir que, nos dois livros, ele deixou de considerar apenas aqueles temas potencialmente relevantes para o entendimento da natureza das coisas políticas que ele exclui explicitamente. Há apenas um tema que ele exclui explicitamente da discussão: “O quão perigoso é tomar a iniciativa [*farsi capo di*] de uma coisa nova que concerne a muitas pessoas, e o quão difícil é administrá-la e levá-la a termo e, depois de levada a termo, mantê-la, é uma matéria demasiado extensa e exaltada para discutir; reservo-a, portanto, para um lugar mais conveniente...”¹¹ Todos os outros temas importantes não são, portanto, suficientemente grandes e elevados para que deixem de ser

¹⁰ *O Príncipe* caps. III (8-9), VII (20) e XXV início; *Discursos* I pr., II pr. (228), 5, III 1 início, 43 início.

discutidos. Deve-se presumir que todos os outros temas importantes foram tratados, mesmo que apenas superficial ou alusivamente, em cada um dos dois livros. Essa conclusão é perfeitamente compatível com o fato de que a grande parte dos dois livros é devorada a temas políticos em sentido estrito: aprendemos com Sócrates que as coisas políticas, ou as coisas humanas, são a chave para o entendimento de todas as coisas.

Para ver como Maquiavel pode tratar de “tudo” em cada um dos dois livros temos apenas de nos lembrar do tema óbvio deles. O tema central do *Príncipe* é o novo príncipe. Mas a espécie mais importante de novos príncipes consiste nos fundadores de sociedades. Ao discutir o novo príncipe Maquiavel discute a fundação de todas as sociedades independentemente de elas serem meramente políticas ou político-religiosas. O tema dos *Discursos* é a possibilidade e a desejabilidade de reviver a virtude antiga. Maquiavel não pode mostrar a possibilidade e a necessidade de reviver a virtude antiga sem colocar a questão a respeito da superioridade dos antigos ou dos modernos, o que inclui a questão relativa ao paganismo e à Bíblia.

Se os dois livros não são claramente distintos um do outro pelos seus temas, temos de considerar se não se distinguem um do outro por seus pontos de vista. As Epístolas Dedicatórias nos informam sobre os destinatários de ambos os livros, das qualidades dos homens “para os quais, mais que todos os outros, [os livros] são dirigidos”. Escrever Epístolas Dedicatórias era uma prática comum, mas, senão todos, ao menos um homem incomum está livre para revestir uma prática comum de um significado incomum. O *Príncipe* é dirigido a um príncipe; enquanto os *Discursos* são dirigidos a dois jovens que eram cidadãos privados. Por um momento pode-se pensar que *O Príncipe* trata de tudo que Maquiavel sabe do ponto de vista do príncipe, ao passo que os *Discursos* tratam de tudo que ele sabe de um ponto de vista republicano. Pode-se pensar, em outras palavras, que Maquiavel é um técnico político su-premo que, sem qualquer consideração de predileção, sem qualquer convicção prévia, aconselha príncipes sobre a maneira de conservar e aumentar seu poder principesco, aconselhando da mesma forma os defensores da república sobre a maneira de estabelecer, manter e promover um modo de vida republicano. Ao dedicar o *Príncipe* a um príncipe e os *Discursos* a cidadãos privados ele estaria, assim, antecipando o cientista político do futuro que dedicará seu tratado sobre a democracia liberal a um sucessor do presidente Eisenhower e seu tratado sobre o comunismo a um sucessor do chanceler Bulganin. Mas Maquiavel não

é um cientista político dessa espécie. Ele não tentou ser neutro diante de assuntos cuja compreensão é incomparável com a neutralidade. Por uma questão de princípio ele preferiu, em seu papel de analista da sociedade, as repúblicas às monarquias. Além disso, não é verdade que nos *Discursos* ele considera seus temas apenas do ponto de vista republicano; em numerosas passagens desse livro Maquiavel considera o mesmo tema tanto do ponto de vista republicano quanto do ponto de vista do príncipe.¹² Acima de tudo, os cidadãos privados a quem os *Discursos* são dirigidos são descritos na Epístola Dedicatória como homens que, embora não sejam príncipes, merecem ser príncipes, ou como homens que compreendem como um reino deve ser governado. Eles estão na mesma posição em relação aos príncipes reais em que Hiero de Siracusa, quando ainda era um cidadão privado, estava em relação a Perseu da Macedônia quando este era rei: como cidadão privado a Hiero nada faltava para ser um príncipe a não ser o poder de um príncipe ou de um rei. O mesmo Hiero é apresentado ao destinatário do *Príncipe* como um modelo de príncipe comparável a Moisés e a Davi.¹³ Assim como o destinatário do *Príncipe* é exortado a imitar não apenas os príncipes antigos como também a república romana, os destinatários dos *Discursos* são exortados a imitar não apenas os republicanos da Roma Antiga, mas também os antigos reis. Assim, o *Príncipe* e os *Discursos* concordam não apenas em seus temas, mas também em seu propósito último. Devemos, então, tentar entender a relação entre os dois livros apoiando-nos na suposição de que o *Príncipe* é a apresentação do ensinamento de Maquiavel dirigida aos príncipes atuais, efetivos, ao passo que os *Discursos* são a apresentação do mesmo ensinamento dirigida a príncipes potenciais.

O príncipe real de um determinado Estado pode ser somente um homem: o *Príncipe* é dirigido a um único homem. Mas pode haver mais de um príncipe potencial num dado Estado: os *Discursos* são dirigidos a dois homens.¹⁴ Deve-se supor que um príncipe real é alguém bastante ocupado: o *Príncipe* é um livro breve, um manual que, embora contenha tudo que Maquiavel sabe, pode ser aprendido num tempo bastante breve. Maquiavel conseguiu essa façanha de condensação deixando de lado todo tipo de adorno e destruindo o livro de todo tipo de graça que não aquela inerente à variedade dos seus assuntos e ao peso do seu tema. Príncipes potenciais têm tempo

¹² Por exemplo, *Discursos* I 40, III 6, 8. Cf. nota 5.

¹³ *O Príncipe*, caps. VI e XIII.

¹⁴ *Id.*

livre: os *Discursos* são mais de quatro vezes mais extensos que o *Príncipe*. Além disso, não é nada óbvio que o livro como o conhecemos esteja concluído: seu fim parece mais uma cessação que uma culminação; além disso, tem-se o fato de que Maquiavel chega perto de prometer uma continuação. Da mesma forma, no *Príncipe* a discussão mais extensa está limitada a assuntos que são mais urgentes para um príncipe real, e Maquiavel não demora a especificar o tema do livro na Epístola Dedicatória. Os *Discursos*, por outro lado, contêm discussões extensas de muitos detalhes, e a Epístola Dedicatória não especifica nenhum tema em particular, contendo, no entanto, uma referência aos autores clássicos.¹⁵ Considerando que *O Príncipe* é dirigido a um príncipe real, é razoável que ele culmine num chamado à ação, quer dizer, à ação mais apropriada naquele momento e lugar: pode-se imaginar que um príncipe italiano real está em condições de libertar a Itália. Mas os *Discursos*, que são dirigidos a príncipes meramente potenciais, não culminam num chamado à ação: não se pode saber se e em que circunstâncias um príncipe potencial pode tornar-se um governante real. Portanto, os *Discursos* antes delineiam um projeto de longo alcance cuja realização requereria demoradas preparações e um demorado resgate ou renascimento do espírito da Antiguidade. Sob essa luz podemos entender melhor por que há certa preponderância de exemplos modernos no *Príncipe* e certa preponderância de exemplos antigos nos *Discursos*.

O príncipe real ao qual *O Príncipe* é dedicado é o senhor de Maquiavel, Lourenço de Médici. Maquiavel o aborda com os gestos e na postura de um suplicante. Ele é um humilde súdito vindo da mais baixa profundidade, para o qual não é provável que o príncipe, situado no topo da vida, volte o olhar a não ser que seja induzido a fazê-lo por alguma ação audível ou estranha da parte do suplicante. Maquiavel tenta chamar a atenção do seu mestre para si oferecendo-lhe um presente incomum, o seu *Príncipe*. O presente não foi solicitado: a iniciativa de escrever *O Príncipe* é inteiramente de Maquiavel. Mas Maquiavel age como que obrigado por aquela grande e contínua malícia do acaso que o oprime. Os *Discursos* são dirigidos aos amigos de Maquiavel. Esses amigos o obrigaram a escrever o livro: Maquiavel não o escreveu de moto próprio. Enquanto por meio do *Príncipe* ele solicita um favor, por meio dos *Discursos* ele expressa a sua gratidão por favores recebidos. Ele sabe que seus amigos lhe fizeram favores, ao passo que não sabe se o seu mestre lhe

concederá qualquer favor. Da mesma forma, também sabe de antemão que os *Discursos* interessarão a seus destinatários e serão encarados seriamente por eles, ao passo que não sabe se *O Príncipe* parecerá interessante ao seu destinatário e se será tomado seriamente por ele. Maquiavel nos deixa na incerteza, e ele próprio bem pode estar na incerteza, a respeito de se o destinatário do *Príncipe* pode estar interessado nesse livro ou, com efeito, em qualquer pensamento sério, e se não lhe seria mais agradável receber de presente um belo cavalo. Afinal, enquanto os destinatários dos *Discursos* merecem ser príncipes embora não o sejam, é uma questão em aberto se o príncipe real a quem *O Príncipe* é dedicado merece ser um príncipe. Há mais chances de Maquiavel ser entendido pelos amigos que já conhece do que pelo mestre e senhor cujos gostos não conhece.

Para entender o sentido dessas diferenças, precisamos apenas ouvir o que Maquiavel diz explicitamente sobre falar de príncipes reais, isto é, em exercício. “Dos povos, todos falam mal sem medo e livremente, mesmo quando eles reinam; dos príncipes, fala-se sempre com mil medos e mil respeitos.” Os poucos que são capazes de discernir a dura verdade a respeito de um príncipe real não ousam opor-se à opinião dos muitos que são incapazes de discernir esta verdade; logo, ao referir-se à extraordinária deslealdade de um príncipe contemporâneo, Maquiavel recusa-se a mencionar seu nome: “não é bom nomeá-lo”.¹⁶ O que é verdadeiro a respeito de falar sobre príncipes reais é ainda mais verdadeiro a respeito de falar a príncipes reais, e mais verdadeiro ainda a respeito de falar a um príncipe real que é o temido mestre do interlocutor. Por outro lado, é desnecessário dizer que falar a amigos significa falar francamente. Portanto, é provável que Maquiavel seja reservado no *Príncipe* e direto nos *Discursos*.¹⁷ A reserva vai bem com a brevidade. No *Príncipe*, o tratamento de Maquiavel sobre tudo o que sabe é lacônico. Considerando que ser reservado significa seguir a tradição ou a convenção, o *Príncipe* é mais convencional ou tradicional que os *Discursos*. O *Príncipe* continua um gênero convencional ou tradicional, o espelho dos príncipes. O livro começa como um tratado

¹⁶ *Discursos*, I 58 in fine; *O Príncipe* cap. XVIII in fine.

¹⁷ Na Epístola Dedicatória aos *Discursos*, Maquiavel substitui “longa experiência”, que havia usado na Epístola Dedicatória do *Príncipe*, por “longa prática”: a prática maquiavélica era “republicana”; a experiência podia ser adquirida por um espectador. Na Epístola Dedicatória do *Príncipe*, Maquiavel meramente alude a essa prática: ele faz referência aos muitos desconfortos e perigos por meio dos